

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS – 15 ANOS

ARNALDO ESTEVES LIMA*

Juiz – TRF 2ª Região

A Constituição Federal - promulgada em 05/10/1988 - criou cinco TRFs (arts. 92, III, 106 e §6º, art. 27, do seu ADCT) que sucederam ao então Tribunal Federal de Recursos, assumindo a sua competência, excetuando-se pequena parcela, que foi, constitucionalmente, atribuída ao Superior Tribunal de Justiça, igualmente criado pela mesma Carta Magna.

Tal §6º prescreveu: “Ficam criados cinco Tribunais Regionais Federais a serem instalados no prazo de seis meses a contar da promulgação da Constituição, com a jurisdição e sede que lhes fixar o Tribunal Federal de Recursos, tendo em conta o número de processos e sua localização geográfica”.

O TFR cumpriu a risca tal mister, estabelecendo jurisdição, sede e os instalando, em 30/03/1989, faltando alguns dias, ainda, para perfazer aquele semestre. Foi um trabalho exemplar. A Lei nº 7.727, de 09/01/1989, dispôs sobre sua composição, instalação e quadro funcional. A composição originária dos mesmos foi a seguinte: 1ª Região (sede em Brasília), 18 magistrados; 3ª (SP), idem; 2ª (RJ) e 4ª (RS), 14 cada e a 5ª (PE), com 10 magistrados; perfazendo o total de setenta e quatro membros. Atualmente, mercê do aumento de suas composições por leis supervenientes, contam com o total de 139 magistrados: 1ª, 2ª e 4ª Regiões, 27 cada; 3ª R, 43 e 5ª R., 15. Registre-se, ainda, que pelo Parágrafo único, do art. 105/CF foi instituído, pode-se dizer, o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei (que sobreveio sob o nº 8.472, de 14/10/1992) a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal, o qual funciona junto ao STJ, sendo composto por dez conselheiros, a saber: o Presidente, o Vice e mais três Ministros daquela eg. Corte, e os cinco presidentes dos TRFs. O mesmo,



* Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 19 de agosto de 2004.

faça-se justiça, tem prestado relevantes serviços na sua esfera de atribuições, constituindo-se, ademais, em elo a unificar a ação administrativa dos Regionais.

No dia 30/03, as cinco Cortes aniversariam. Completam 15 anos. É uma data bonita e muito marcante na vida pessoal, sobretudo para as garotas. No plano institucional, também há de ser exalçada. O propósito deste escrito não é oferecer estatísticas, números de processos, julgamentos, etc, pois todos sabem que são de grande magnitude. O objetivo é registrar o natalício mas, além e precipuamente, consignar que a decisão dos Constituintes de 88, tão bem liderados pela figura histórica do saudoso Dr. Ulysses Guimarães, foi benfazeja, a nosso ver, para a sociedade brasileira. A regionalização ajudou a aproximar a Justiça Federal do cidadão, do seu jurisdicionado, facilitando-lhe, assim, o acesso à mesma, valorizando a cidadania.

Há quem sustente, ainda, no plano doutrinário, com boas razões, que a regionalização visaria a propiciar aplicação mais localizada da legislação federal, adequando-a às peculiaridades regionais, sabendo-se que o Brasil, na verdade, quanto a hábitos, costumes, cultura, etc, se divide em vários, como é cediço, o que justificaria, em prol da melhor distribuição de justiça, tal orientação. Este seria o ideal; não foi, porém, à luz da própria CF, a realidade, pois ela instituiu, como Tribunal de cúpula, o STJ, atribuindo-lhe, dentre outras competências, a de velar pela uniformidade interpretativa da lei federal (art. 105, III, "c"), para evitar que a mesma seja diferentemente aplicada a hipóteses iguais ou semelhantes, em diferentes localidades. Esta é a regra que afasta aquele ideal. Evidente que concreta e excepcionalmente, pode haver exceções, valendo lembrar que o CC, em artigo inédito, nº 113, diz: "Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração", o que denota preocupação legislativa com as peculiaridades locais.

Efetivamente, pouca ou nenhuma expressão teria o princípio fundamental que veda à lei excluir da apreciação judicial, lesão ou ameaça a direito (art. 5º, XXXV), se a mesma Carta não propiciasse as condições para o julgamento e acesso a um dos ramos de tal Poder. Instituída a garantia, necessário que o Estado crie condições para a sua eficaz aplicação, sabendo-se que para atingir seus propósitos é necessário, imprescindível, que sejam ministrados, igualmente, pela mesma fonte normativa, os meios. A regionalização, destarte, veio, ainda que timidamente, de encontro a tal desiderato. Reputo que houve progresso institucional com o correspondente ganho da sociedade, resultantes de tal iniciativa. Muito, muito, ainda precisa ser feito para uma melhoria substancial do nosso Judiciário em seu todo. Muito, muito, no entanto, tem sido realizado, sendo visível, sobretudo para quem vive o seu cotidiano, o seu progresso. Os longos caminhos estão sendo percorridos, com notórios ganhos institucionais, havendo muito, todavia, a ser palmilhado. As deficiências nos serviços públicos, prestados pelos Três Poderes são inegáveis. Necessária a sua superação, ainda que paulatina, para bem servir, cada dia melhor, ao público, seu legítimo destinatário, sendo imperiosa a sua melhoria, em todos os setores, pois o nosso País, de há muito, faz por merecer. É caminhando, no entanto, que se chega ao destino. O Judiciário em geral – e a Justiça Federal, em particular – têm procurado, com as dificuldades que lhes são inerentes, ir em frente, o que tem ocorrido, com seu constante aperfeiçoamento.

Parabéns, afinal, aos cinco Regionais, em especial à 2ª Região, que tivemos e temos a honra de integrar desde a sua instalação, desejando que a cada dia prestem melhores serviços a seus jurisdicionados, razão única de existirem.